

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

***Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História***

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

Anos trinta e utopias

Vavy Pacheco Borges
Universidade Estadual de Campinas

O texto de Stella Bresciani nos remete às complexas relações entre utopia e história, entre imaginação social e representações utópicas. É muito interessante para nós, historiadores da política, voltarmos-nos para esse conceito central do pensamento político ocidental; em torno dele, desde Platão, giraram questões fundamentais de como os homens deveriam ou poderiam viver em sociedade.¹

Stella trabalha com a complexidade das utopias nos séculos XVIII e XIX — este último, um século marcado pela explosão do pensamento utópico por parte tanto dos que atacavam a ordem constituída quanto dos que a defendiam. Conhecemos suas preocupações com as relações entre razão, imaginação e paixões na política, expostas em seus trabalhos anteriores. O texto desta mesa-redonda lembra-nos de início a utopia utilitarista, que afasta os sentimentos e põe ênfase no predomínio da razão lógica, na eterna busca de caminhos que os homens empreendem atrás da felicidade.² A autora vai lembrando e mostrando aparentes oposições — entre felicidade e utilidade, prazer e dor, razão e paixão — e também complementaridades e imbricamentos — entre vontade, imaginação, moral, virtude. Pensa todas essas idéias não somente em relação à utopia, mas em suas relações com a política, com o mito, com a ciência.

-
- 1 Para uma introdução ao tema recomendamos as seguintes leituras: Aldo Maffey, verbete “Utopia”, em Norberto Bobbio, et alii, *Dicionário de Política*, Brasília, 1986, pp. 1284-90; Bronislaw Baczko, *Lumières de l’Utopie*, Paris, 1978; Miguel Abensour, *O Novo Espírito Utópico*, Campinas, 1990.
 - 2 Para refletir introdutoriamente, sugerimos o texto de Sigmund Freud “O Mal-estar da cultura (ou da civilização”); é o último texto que o autor publica, no início dos anos trinta, e que se encontra nas diversas obras completas: dá-nos uma visão da determinação do indivíduo em sua busca do prazer e as relações entre essa necessidade individual e a vida em sociedade.

Destaca a utopia — entendida como ordem social ideal — cruzando-se com o otimismo das Luzes; o pensamento iluminista vê a humanidade guiada pela razão e pelo progresso; nessa visão, confluem ou encontram-se pensadores ingleses e franceses. Na mesma esteira, lembra Stella o surgimento das utopias científicas. Precisa mais para o final do texto como, no campo de uma utopia liberal aqui no Brasil do século XIX, a idéia de civilização — fundamental nas propostas dos republicanos liberais de 1870-1890, conforme mostrou já desde os anos setenta³ — concretizou a perspectiva de progresso, manipulando emotividade e paixão na imposição de seus objetivos políticos.⁴

A discussão sobre o conceito de utopia tem uma tradição plural e multiforme. Uma imprecisão ou ambiguidade do termo, frequentemente lembrada pelos autores que se debruçam sobre a utopia, é apresentada por Stella de forma breve: o “*eu-topos*”, o lugar da beleza e perfeição ou o “*ou-topos*”, o lugar inexistente. Essa discussão remonta à origem do termo, quando esse surge como um neologismo criado por Thomas Morus; muitos autores vêm a ambiguidade primeira e fundamental como tendo sido desejada por Morus. Stella aprofunda a discussão de utopia em relação ao possível e ao impossível, no sentido de apontar para os “futuros possíveis” que vemos se sucederem na história ocidental.

Novas ambiguidades, novos sentidos surgem pelas reflexões históricas, filosóficas, sociológicas dos últimos séculos e hoje a utopia não mais necessariamente é pensada somente sob a forma daquele tipo-ideal weberiano a que sempre nos referimos: a construção de um mundo-novo, a representação globalizante e que marca uma grande ruptura na sociedade.⁵ Especialmente no campo da política, surgem o que chamaríamos de “dispositivos utópicos” — idéias-imagens, idéias-forças ou idéias-guias, expressões empregadas por Bronislaw Baczko — as quais marcam escolhas e decisões individuais e de grupos. Essas seriam projeções de desejos não plenamente satisfeitos em uma determinada situação histórica, os quais indivíduos e grupos pretendem efetivar em futuros mais ou menos

3 Ver como um testemunho atual dessa visão civilizadora Luiz Alberto Jorge, “A Missão Civilizadora de São Paulo no Pluralismo Cultural Brasileiro”, in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, ano XXIII, Nº 142, abril/junho 1991, pp. 115-28.

4 O uso do termo utopia em relação a diferentes projetos republicanos encontra-se em José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, 1990, Capítulo 1, “Utopias Republicanas”, pp.17-34.

5 Essa visão é claramente apresentada, por exemplo, por José Roberto Teixeira Coelho, *O Que é Utopia*, São Paulo, 1980 (Coleção Primeiros Passos).

longínquos.⁶ Já claramente desde o século XVIII, aqueles que Baczko chama de “*mi-utopistes*” ou “*mi-prophètes*” vão anunciando respostas que o futuro termina por trazer a um presente, já então passado, aos seus dilemas e encruzilhadas, seus temores e esperanças. Assim, poderíamos mesmo dizer com Baczko que a “utopia se torna um “*perpetuum mobile*” (movimento perpétuo), que impulsiona muitas reformas”. A perseguição à idéia de uma sociedade nova, portanto, não desaparece, mas se torna um movimento em busca de um ideal de cidadania, em busca das boas leis, etc., através de propostas não globais e sim fragmentadas.

As leituras sobre o pensamento utópico e as reflexões de Stella Bresciani propiciaram-me um outro olhar sobre a história política dos anos vinte e trinta, à qual me dedico há algum tempo. Em 1966, tive o prazer de ser aluna do primeiro curso de pós-graduação em História da Civilização Brasileira da USP, ministrado pelo saudoso historiador Sérgio Buarque de Holanda. O curso chamava-se “A crise da idéia liberal no Brasil: 1889-1937.” Foi nessa perspectiva que me iniciei na pesquisa histórica e foi ainda nessa perspectiva que o texto-base desta mesa ressoou em mim. O que pode ser visto como o fim da utopia liberal entre nós, nos anos vinte e trinta deste século, propiciou um período de muitas incertezas e no qual surgiram outras utopias e também propostas políticas de variado alcance. Segundo Lucien Fèbvre, as épocas de transformações sociais abrem um espaço grande a adivinhos e profetas, pois nesses momentos de grandes perturbações todos se sentem inquietos e ameaçados. As obras desses momentos são portanto, testemunhos importantes sobre o que Fèbvre chama de “estado íntimo de uma sociedade”.⁷

No final dos anos vinte e durante os anos trinta dá-se um debate político que necessariamente se remete a uma tríplice perspectiva temporal: ao presente, pensado em relação ao passado e ao futuro; assim, remete-nos ao problema da continuidade ou da ruptura.⁸ A historiografia até os anos setenta sempre interpretou o movimento de outubro de 30 como um marco no desenvolvimento de nossa história nacional, na biografia da nação Brasil. A discussão entre ruptura ou continuidade pendeu sempre decididamente pela ruptura, interpretando o movimento seja como a revolução das classes-

6 Ver frase de Max Scheler: “o passado contém sempre possibilidades não concretizadas”; ver também frase citada de Le Corbusier: “a utopia não é senão nada além do que a realidade de amanhã e a realidade de hoje é a utopia de ontem”, ambas citadas por B. Baczko, *op. cit.*, pp. 16-17.

7 Citação de L. Fèbvre, *Pour une Histoire à Part Entière*, Paris, 1962, indicado em B. Baczko, *op. cit.*, p. 18.

8 Ver Reinhart Koselleck, *Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, 1990 (original alemão de 1979).

médias, seja como a vitória da burguesia industrial, seja mesmo negando essas duas interpretações, como fez Boris Fausto em sua inovadora revisão historiográfica de 1970.⁹ A ruptura é muitas vezes expressa pela oposição entre duas formas de estado: o estado liberal e descentralizado da Primeira República, o qual é substituído no período de 1930 a 1937 por um estado autoritário e centralizado. Historiadores engajados em uma revisão crítica dessa historiografia mostram essa noção de ruptura como decorrente de uma proximidade ou aceitação de uma visão oficial imposta pelos vencedores do movimento de outubro de 30, que queriam se legitimar no poder; essa noção seria resultante da ampla luta política e social do momento.

Penso que podemos avançar um pouco nessa discussão. Não vejo o momento em questão a partir da perspectiva da historiografia tradicional, como o fim de uma Primeira República vista como um todo homogêneo, com uma identidade específica definida sobretudo por suas características políticas, econômicas e sociais;¹⁰ não me preocupa também procurar um outro marco de processo revolucionário, definido a partir da perspectiva de outros sujeitos históricos. Partindo dos documentos fundamentais de que nos fala Lucien Fèbvre, percebo que os contemporâneos se viam em um momento de grande indefinição, em que a negação da idéia e perspectiva liberal e sua substituição pelo que é hoje chamado de pensamento autoritário era somente uma das possibilidades.

Percebe-se que muitos “dispositivos utópicos”, apresentados como procura de soluções, transformam-se em projetos e em acontecimentos políticos. Uma “solução nacional” começara a ser procurada desde o início do século por Alberto Torres e a denúncia do afastamento de nossa própria realidade, de um apontado “idealismo” na opção por soluções estrangeiras desde o Império são destacados por toda aquela “geração” que, em 1922, se proclama como “à margem da História da República” (sendo os mais famosos entre esses Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Amado, Tristão de Athayde, Pontes de Miranda, etc..) Belmonte, humorista famoso que escrevia sobre a política nos anos trinta, ao denunciar essa procura de solução nacional, satiriza o que chama de “Os ‘ismos’ nacionais” (título do artigo). Começa por lembrar a crítica geral ao fato de que todos os

9 Mesmo os trabalhos que falam em “modernização conservadora” aceitam o movimento de 30 como ruptura.

10 Carlos Guilherme Motta, em artigo recente, define a Primeira República como uma “rígida ordem estamental-oligárquica, estribada na política do café-com-leite, dentro da “ordem capitalista moderna estimulada pela imigração européia e pelo trabalho assalariado”. Ver “Cultura Brasileira ou Cultura Republicana?”, *Estudos Avançados*, 4, nº 8, jan-abril, 1990.

programas políticos até então “não consultavam as nossas realidades”.
Afirma depois:

*(...) Então, vai-se espiar na casa dos vizinhos. Bate-se às portas da Rússia, da Alemanha, da Itália, da Inglaterra e há mesmo quem suba às janelas da Índia e do Japão, na ânsia de ver como é que eles se arranjam na solução de seus problemas domésticos. Assim que se devassam esses lares, com olhos ávidos, volta-se para cá e corre-se a explicar ao público o que é aquela ‘coisa’ que há tanto tempo nos falta (...) Que sei eu? Formam-se partidos, grupos, legiões, clubes, ajuntamentos, sociedades, uniões, para, cada qual com mais convicção, tentar impor aos restantes a ‘alguma coisa’ que está faltando. E surgem programas, manifestos, artigos, discursos, entrevistas de todos os lados, em todos os estilos em todos os tons (...) Ora, se antigamente nós nos impressionávamos com a situação em que vivíamos por que não tínhamos idéias, é forçoso convir que hoje (...) nós estamos positivamente dentro de um formigueiro de idéias. Cada cabeça aqui tem toneladas de idéias, prontas para serem postas em prática. Dentro delas há fascismo, comunismo, socialismo, soviétismo, nacionalismo, radicalismo, presidencialismo, parlamentarismo, indifrentismo (...)*¹¹

É patente pelas fontes que os que participavam intensamente desse debate político, no caso, as elites intelectuais e políticas, viam as instituições como abaladas, periclitantes, falidas; assim, sentiam-se em um momento de rupturas e pleno de potencialidades. Um outro exemplo bastante objetivo da indefinição do momento político se encontra em uma pesquisa realizada em 1933 pelo jornal carioca Diário de Notícias entre cerca de quarenta famosos políticos, profissionais liberais, intelectuais e artistas. O jornal perguntava explicitamente: “Para onde vai o Brasil? Para o comunismo? o fascismo? o integralismo? a democracia? o socialismo? o federalismo? a ditadura?”¹² Além da imprensa, existe uma vasta produção cultural para se acompanhar o

11 Ver Belmonte, *Assim falou Juca Pato: aspectos divertidos de uma confusão dramática*, São Paulo, 1953 (republicação de artigos de época).

12 Para um resumo do texto, que pode ser encontrado na Biblioteca Nacional, ver Lúcia Lippi de Oliveira, coord., *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*, Rio de Janeiro, 1980, pp. 270-7. Algumas respostas são muito interessantes e mostram seja uma visão analítica, seja o posicionamento do entrevistado.

debate político, pois nesse momento é que surge um mercado editorial voltado para mercado e temas nacionais.¹³

Luta partidária violenta até uma guerra civil, repressões brutais às manifestações do operariado, ao movimento integralista, ao comunista e à Aliança Nacional Libertadora, intensa movimentação da sociedade civil na formação de legiões, sociedades e clubes, movimentos militares e repressão dentro das Forças Armadas são a efetivação dessas disputas. É impossível deixar de reconhecer que, para os contemporâneos, o que apresentam como “desordem”, “crise”, “anarquia” ou “caos” levanta medos e ameaças, acirra preconceitos, aprofunda desejos e esperanças nos indivíduos e nos grupos: razão e paixão se evidenciam numa luta política em que defesa de interesses, ideais e sentimentos, dos mais nobres aos mais baixos, se misturam nas mentes e corações, em proporções de difícil medida ou hierarquização. Interesses de diferentes estados da federação, interesses de grupos políticos no mesmo ou em diversos estados, interesses dos políticos contrariados pela perda de privilégios e benesses, interesses de frações de classes, tudo isso se opõe e se imbrica no que muitos analisam como o ocaso do horizonte liberal. Medos de classe, medos do “poderio da espada sobre a razão”, medo das massas na política cotidiana afloram constantemente em diversos diapasões.

Surgem claramente como as ameaças mais perturbadoras o fascismo e o comunismo, então desconhecidos a tal ponto que os integralistas chegaram a publicar um manifesto afirmando não serem comunistas. Outro exemplo dessa “confusão”: nos jornais da época, vêm-se notícias de palestras que eram promovidas em São Paulo em 1931, para expor o que seriam o maximalismo, o socialismo, o comunismo. Em editoriais de jornais, em memórias e ensaios, muitos afirmam explicitamente que, para onde for o mundo ocidental, por aí também irá o Brasil. Ver o Brasil entre comunismo e fascismo, entre Lênin ou Stalin e Mussolini era uma imagem corriqueira que, no momento, para muitos significou a chamada “terceira via” do integralismo.

Outro grande debate que tem repercussões diretas nos acontecimentos posteriores versa sobre o papel dos militares na política: a “doutrina do soldado-cidadão”, que com Benjamin Constant vem desde o final do Império, é vencida pela ação de Góes Monteiro. Essa vitória é bem resumida na famosa frase: não mais “política no Exército, mas a política do Exército”. O projeto político de Góes para as Forças Armadas e para o país acaba desaguando, muitas décadas e muitos acontecimentos depois, no movimento de 1964 e na decorrente ditadura militar.

13 Ver Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: Sua História*, São Paulo, 1985.

No repúdio a política vista como “politicalha”, uma idéia central é substituí-la pela ciência, pela neutra sociologia, pelos técnicos. Nessa linha e ligados à nascente legislação trabalhista aprofundam-se os temas do sindicalismo e do corporativismo, este preocupação presente em muitas e diferentes propostas. A vertente mais democrática e liberal discute o parlamentarismo, procurando afastar o regime presidencialista.

Encerrando, quero dizer que neste final de século, se não se consegue mais pensar a partir das utopias do século XIX, ou mesmo de suas formulações aqui nos anos trinta, creio que também não conseguiremos viver sem utopias. Quem sabe o historiador, com a lentidão costumeira de seu repensar, não acabará por ter uma palavrinha a acrescentar nessa aparente aporia.